



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Anúncios judiciais e outros.
Contas e balancetes.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Segundo Cartório Notarial da Região da Primeira Classe
da Praia

A NOTÁRIA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9º da Lei nº 25/IV/2003, de 20 de Julho, que no Segundo Cartório Notarial da Praia e no dia 8 de Junho de 2009, foi lavrada a folhas de 37 a 38 do livro de notas para escrituras diversas

número 40-A uma escritura pública de constituição da Associação denominada "GRUPO JOVENS SOLDADOS DE CRISTO", sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com a sede em Ponta d'Água, Praia, freguesia de Nossa Senhora da Graça, com o património inicial de quinze mil escudos, representada perante terceiros por três membros da direcção, sendo um deles Presidente, e tendo como objectivo principal a formação integral dos jovens e o seu enquadramento na actividade e emancipação da sociedade cristã e civil.

Conta registada sob o nº 841/2009 – Isenta.

Secundo Cartório Notarial da Região da Primeira Classe da Praia, aos 8 de Junho de 2009. – A Notária, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(507)

Conservatória dos Registos da Região da Praia

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA
RAMOS

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três de vinte e um de Julho, foi constituída

uma Associação sem fim s lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DJUNTA MO DE SÃO MARTINHO GRANDE”, com sede em São Martinho Grande, de duração indeterminada, com o património inicial de cinco mil escudos, tendo como objectivo principal ajudar no desenvolvimento local (município); Realização de serviços comunitários;

Direcção:

Presidente: José Luís Xavier Gomes

Vice-Presidente: José Xavier Gomes

Assembleia-Geral.

Presidente: Jakiline Monteiro Semedo

Vice-Presidente: Mário Soares Almeida

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 5 de Janeiro de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(508)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação nos temos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três de vinte e um de Julho, que foi constituída uma Associação sem fins lucrativos denominada “AJIC – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS INVESTIGADORES CABO-VERDIANOS”, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde de duração indeterminada, com o património inicial de cinco mil escudos, cujo objectivo é promoção e difusão de actividades científicas, designadamente relacionadas com a implementação de projectos de investigação, a edição e a formação destinadas a um público geral e aos jovens em particular, cooperação e o desenvolvimento de actividades de intercâmbio académico com instituições nacionais e estrangeiras, dando particular atenção aos países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo do relacionamento com instituições de países falantes de outras línguas.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 8 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(509)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifica, para efeito de publicação nos temos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três de vinte e um de Julho, foi constituída uma Associação sem fins lucrativos denominada “ASBP-ASSOCIAÇÃO DE SURF E BODYBOARD DA PRAIA, com sede em Achada de Santo António, cidade da Praia de duração indeterminada, com o património inicial de oito mil escudos, cujo objectivo é a promoção de desportos náuticos na cidade da Praia, nomeadamente, o surf, bodyboard, natação. Desempenhar um papel importante de acção social na promoção dos desportos náuticos junto dos mais desfavorecidos e jovens em situação de risco. Promover o surf e bodyboard como veículos promotores do turismo na cidade da Praia. Implementar as actividades de carácter social e lúdico que venham a ser consideradas úteis para os associados. A preservação do ambiente marítimo da Praia, em especial as praias de mar. Para que a associação concretize cabalmente os seus objectivos, propõe-se desde logo criar dentro da associação, uma escola vocacionada para as modalidades do objecto social. Esta escola está destinada à população em geral, permitindo, no caso de crianças, o seu primeiro contacto com o mar e consequentemente o despertar da sua consciência ambiental.

FORMA DE OBRIGAR:

Em todos os seus actos e contratos, com a assinatura conjunta de três membros da Direcção, sendo duas delas obrigatoriamente a do presidente e a do tesoureiro, sem, prejuízo da autorização da assembleia-geral.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 20 de Abril de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(510)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de divisão, cessão de quotas e alteração parcial do capital da sociedade comercial por quotas denominada “MONTEIRO & CARVALHO, LDA” com sede na cidade da Praia, com o capital de 5.000.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 813/2000/03/17;

CEDENTE:

José Jorge Semedo Monteiro.

Estado Civil: solteiro, maior.

Naturalidade: Freguesia de São João Baptista - Ribeira Grande Santiago.

Residência: Achada Eugénio, cidade da Praia

QUOTA DIVIDIDA: 4.500.000\$00

QUOTA TRANSMITIDA: 1.000.000\$00

CESSIONÁRIO: Horácio Lopes Gomes

Estado Civil: solteiro, maior.

Residência: Achada Eugénio, cidade da Praia.

Em consequência altera-se o artigo 5º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 5º

CAPITAL: 5.000.000\$00, integralmente realizado em dinheiro e corresponde a soma das quotas dos sócios na seguinte proporção:

José Jorge Semedo Monteiro; 3.500.000\$00;

Alberto Semedo Carvalho; 500.000\$00;

Horácio Lopes Gomes; 1.000.000\$00.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 11 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(511)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de cessação do mandato do administrador Engº José Gomes e nomeação do novo administrador o senhor Engº Manuel Gomes Monteiro, Júnior, da sociedade anónima denominada “SIMOVEL – Sociedade Imobiliária, SA”, com sede nesta cidade da Praia, com o capital de 240.000.000\$00, matriculada sob o nº N°470/1996/12/09.

Conselho de Administração

Presidente: António Lopes Canuto;

Administradores: Emanuel Setembrino Lima Barros e Manuel Gomes Monteiro, Júnior.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 2 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(512)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas da sociedade comercial por quotas denominada “CAFES DE CABO VERDE – Indústria Torrefectora, Lda.”, com sede na cidade da Praia, com o capital de 15.000.000\$00 (quinze milhões de escudos), matriculada nesta Conservatória sob o n.º 651/1999/11/12;

CEDENTE:

Luís Miguel Machado da Costa Carvalho.

Estado Civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Camila Manuel de Oliveira Guedes de Carvalho.

Natural: Portugal.

Residência: Rua de Gondarém, nº 484, 4º andar na cidade do Porto, Portugal.

QUOTA TRANSMITIDA: 9.375.000\$00.

CESSIONÁRIA: PARGEST – Participações, Gestão e Consultoria, Lda.”, com sede na Acha Grande Trás, na cidade da Praia, matriculada na Conservatória do Registo, Predial, Automóvel e Comercial da Praia sob o nº1940.

Em consequência altera-se o artigo 4º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 4º

CAPITAL: 15.000.000\$00, integralmente realizado em dinheiro e corresponde a soma das quotas dos sócios na seguinte proporção:

- PARGEST – Participações, Gestão e Consultoria, Lda.”; 9.375.000\$00;
- AÇÚCAR DE CABO VERDE – Produtos Alimentares, Lda.” 3.750.000\$00;
- AÇÚCAR DE CABO VERDE – Produtos Alimentares, Lda.” 1.875.000\$00.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 11 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(513)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração do objecto social da sociedade unipessoal por quotas, denominada “MDS – Sociedade Unipessoal, Lda.” com sede na Fazenda, cidade da Praia, com o capital de 250.000\$00, matriculada sob o nº2058/2006/04/24 Em consequência altera-se o art. 3º do pacto social, que passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços no que concerne a cedência de pessoal para construção civil, investimentos e empreitadas. A sociedade tem ainda por objecto a comercialização a grosso e a retalho dos produtos alimentícios, roupa, calçados, mobiliários, electrodomésticos materiais de construção, o comércio geral, representação, importação e exportação dos mesmos.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 15 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(514)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração do objecto social sociedade unipessoal por quotas, denominada “CAIADA MAQUINAS, Sociedade Unipessoal, Lda.” com sede em Caiada, São Martinho, cidade da Praia, com o capital de 200.000\$00, matriculada sob o nº 2833/2008/09/23:

Em consequência altera-se o artigo 4º do pacto social, que passa a ter seguinte e nova redacção:

Artigo 4º

A sociedade tem por objecto o comércio geral de importação de veículos automóveis, motociclos, acessórios e peças auto, comercialização, distribuição, compra, venda, permuta de veículos automóveis, motociclos, acessórios e peças auto, prestação de rent-a-car, aluguer de máquinas ligeiras e/ou pesadas e/ou sem condutor. Representação de sociedades comerciais, produção de blocos, areia, lajetas, lancis, azulejos, mosaico, mármore e outros inertes, importação de areia, importação e comercialização de materiais e equipamentos de construção civil e eléctricos, execução de obras públicas e privadas, compra e venda de imóveis.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 10 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(515)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas, nomeação do novo gerente e alteração parcial do contrato da sociedade comercial por quotas denominada “CV NET, LDA”, com sede na Rua Corvo, nº17-1º esquerdo, Plateau, cidade da Praia, com o capital de 5.000.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o nº2677/2008/03/07;

CEDENTE:

Rosa Maria Lima da Fonseca.

Estado Civil: casada no regime de comunhão de adquiridos com Carlos Albino Rodrigues de Jesus Soares.

Naturalidade: Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia.

Residência: Rua S. João 1, nº 416, 1 andar direito Matosinhos, Portugal.

QUOTA TRANSMITIDA: 200.000\$00.

CESSIONÁRIO: Carlos Alberto Ramos Semedo Tavares.

Naturalidade: Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia.

Residência: nesta cidade.

Em consequência altera-se os artigos 5º, 10º e 11º do pacto social, que passam a ter as seguintes e novas redacções:

Artigo 5º

(Capital)

5.000.000\$00, integralmente realizado em dinheiro e corresponde a soma das quotas das sócias na seguinte proporção:

- “WAVECOM – SOLUÇÕES RÁDIO, LDA”;... 2.150.000\$00;
- PROGUIA SGPS, SA; 2.150.000\$00;
- Antero Mendonça Freire; 500.000\$00;
- Carlos Alberto Ramos Semedo Tavares; 200.000\$00.

Artigo 10º

(Gerência)

Exercida pelos senhores Ricardo Manuel Faria Sacadura Alexandre, Mário Rui Correia dos Santos, António Mendonça Freire e Carlos Alberto Ramos Semedo Tavares.

Artigo 11º

1. A sociedade vincula-se:

- a) Pela assinatura de dois gerentes;
- b) Pela assinatura dos procuradores nomeados dentro dos limites dos poderes das respectivas procurações.

2. Para actos de mero expediente, bastará a assinatura de um dos gerentes.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 9 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(516)

A CONSERVADORA, P/S: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarada uma deliberação da assembleia geral da sociedade por quotas denominada “MAFEROBA, LDA”, com sede em Palmarejo, cidade da Praia, com o capital de 2.500.000\$00, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº257347763/0441220081226.

Em consequência, a sociedade autorizou a aquisição aos sócios Jorge Emanuel Rodrigues Barbosa e Maria José Silva Rodrigues Barbosa, ao abrigo do art. 130º do CEC, de um prédio já descrito nesta Conservatória sob o nº 20.046, a fls 102 do livro B/76, situado em Palmarejo, cidade da Praia, pelo preço de 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos).

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 15 de Junho de 2009. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

(517)

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de São Vicente

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1509 — “PMG — Promoção, Montagem & Gestão de Negócios, Limitada”;
- c) Que foi requerida pelo nº 07 do diário do dia 30 de Abril do corrente, por, Adelino Vital Fonseca;
- d) Que ocupa duas folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 518/2009:

Artigo 11º, 1	150\$00
Artigo 11º, 2	30\$00
SOMA	180\$00
10% C.G.J.	18\$00
SOMA TOTAL	198\$00

São: (cento e noventa e oito escudos).

ESTATUTOS “PMG – PROMOÇÃO, MONTAGEM & GESTÃO DE NEGÓCIOS, LDA”

PRIMEIRO: Adelino Vital Fonseca, NIF 125892179 casado com Maria do Céu de Encarnação Silva Delgado Fonseca, em regime de comunhão geral de bens, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Concelho da Ribeira Grande - Santo Antão, residente na cidade do Mindelo - São Vicente, portador do Bilhete de Identidade nº 258921 emitido em 25 de Julho de 2007, pelo Arquivo de Identificação de São Vicente que outorga por si e em representação dos Senhores:

Francisco Sebastião Correia Teixeira, NIF 129505560, casado, com Eunice da Rosa Correia Teixeira em regime de comunhão geral de bens, natural da Freguesia de S. Lourenço. Concelho de S. Filipe - Fogo, residente em Palmarejo cidade da Praia, portador do Bilhete de Identidade 295055 emitido em 18 de Setembro de 2001, pelo Arquivo de Identificação da Praia; e

Américo Elias Taboada Balboa, NIF 10889130, casado, com Jacqueline Luz Flores Lopez em regime de comunhão geral de bens, natural da Lima, concelho do Lima (Peru), residente em Terra Branca, portador do Passaporte n.º 2046301 emitido em 15 de Novembro de 2000, pelo Arquivo de Identificação de Lima (Peru).

Declara que, pelo presente contrato, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas nos termos e artigos seguintes:

Artigo primeiro

É constituída nos termos destes estatutos uma sociedade por quotas, denominada “PMG – Promoção, Montagem & Gestão de Negócios, Limitada”.

Artigo segundo

A sociedade tem a sua sede na Rua Fernando Ferreira Fortes rés-do-chão, Cidade do Mindelo - Cabo Verde, podendo criar delegações, filiais, sucursais ou quaisquer outras formas de representação no país ou no estrangeiro.

Artigo terceiro

1. A sociedade tem por objecto o desenvolvimento de actividades nos domínios da identificação e desenvolvimento de ideias de negócios, do estudo de viabilidade de projectos empresariais, da organização e montagem de empresas, da intermediação de negócios e da gestão de empreendimentos.

2. A sociedade pode participar no capital de qualquer outra sociedade de responsabilidade limitada que seja constituída no âmbito da lei.

Artigo quarto

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando o início de actividade a partir da data da escritura pública.

Artigo quinto

O capital social é de Esc. 2.500.000\$00 (dois milhões e quinhentos mil escudos) realizado em dinheiro e divididos nas seguintes quotas:

- Adelino Vital Fonseca, uma quota de Esc. 875.000\$00 (oitocentos e setenta e cinco mil escudos), representando 35% do capital. Este valor está realizado em 50% correspondendo a 437.300\$00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos escudos) devendo o restante 50% ser realizado num período de um ano após a publicação dos estatutos;

- Francisco Sebastião Correia Teixeira, uma quota de Esc. 1.000.000\$00 (um milhão de escudos), representando 40% do capital. Este valor está realizado em 50% correspondendo a 500.000\$00 (quinhentos de escudos) devendo o restante 50% ser realizado num período de um ano após a publicação dos estatutos;

- Américo Elias Taboada Balboa, uma quota de Esc. 625.000\$00 (seiscentos e vinte e cinco mil escudos), representando 25% do capital. Este valor está realizado em 50% correspondendo a 312500\$00 (trezentos e doze mil e quinhentos escudos) devendo o restante 50% ser realizado num período de um ano após a publicação dos estatutos.

Artigo sexto

1. A sociedade poderá proceder ao aumento do capital social sempre que for deliberado pela assembleia-geral.
2. Nos aumentos de capital, os sócios gozam do direito de preferência, proporcional à sua quota.
3. A cessão de quotas depende do consentimento da sociedade que goza do direito de preferência.
4. Não estando a sociedade ou os sócios interessados na aquisição da quota cedenda, poderá o seu titular cedê-la, livremente, a terceiros.
5. O prazo para o exercício do direito de preferência é de 30 dias, a contar da data da comunicação feita pelo sócio que pretende ceder a quota.

Artigo sétimo

1. A gerência e a administração da sociedade, sua representação em juízo e fora dele cabe a um Conselho de Gerência, constituído por três ou cinco elementos, sócios ou não designados em assembleia dos sócios com dispensa de caução.

2. Para a sociedade se considerar obrigada em todos os actos e contratos são necessários a assinaturas de pelo menos dois gerentes.

3. A sociedade poderá nomear procuradores que a obrigarão nos termos, condições e limites dos respectivos mandatos.

Artigo oitavo

A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor ou em contratos, actos ou documentos estranhos aos fins sociais.

Artigo nono

A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei.

Artigo décimo

Todos os casos omissos serão resolvidos de acordo a legislação aplicável.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 20 de Maio de 2009. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(518)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1518 — “DROGARIA PANACHO, Sociedade Unipessoal, Limitada”;
- c) Que foi requerida pelo nº 07 do diário do dia 26 de Maio do corrente, por, Manuel Maria A. Panacho;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 621/2009:

Artigo 11º, 1	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.....	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00
São: (cento e sessenta e cinco escudos).	

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL UNIPESSOAL POR QUOTAS

Pelo presente documento particular, outorga nos termos do artigo n.º 110º n.º 1 do Código das Empresas Comerciais, Manuel Maria Antónia Panacho, solteiro, maior, residente em Monte Sossego - São Vicente, portador do Bilhete de Identidade nº 396757, emitido em 25 de Maio de 2007, pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, NIF 139675760.

Constitui uma sociedade comercial unipessoal por quotas que se regerá nos termos e nas condições seguintes:

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação “DROGARIA PANACHO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LIMITADA”, NIF 258587776.

Artigo 2º

A sociedade tem sua sede na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, Monte Sossego - São Vicente, podendo ser mudada para outro local bem como criar delegações, ou quaisquer outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro, por simples deliberação da gerência.

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto: Comércio retalhista de materiais de construção, ferramentas e artigos diversos.

Artigo 4º

O capital social é de quatrocentos mil escudos, integralmente subscrito e realizado em bens e corresponde a uma quota pertencente ao sócio único, Manuel Maria Antónia Panacho, solteiro, maior, residente em Monte Sossego - São Vicente.

Artigo 5º

1. A gerência e administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, é confiada a um gerente ficando desde já nomeado o sócio único com dispensa de caução, podendo nomear procuradores, nos termos do artigo 323º do Código das Empresas Comerciais.

2. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e ou, contrato e demais actos, documentos estranhos aos seus fins sociais.

3. Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os actos e contratos bastará a assinatura do gerente ou do procurador com poderes bastantes para o efeito.

Artigo 6º

O ano social coincide com o ano civil.

Artigo 7º

A sociedade dissolve-se por decisão do sócio único e nos termos da lei.

Artigo 8º

Os casos omissos serão regulados por decisão do sócio único e pelas disposições do Código das Empresas Comerciais em vigor.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 6 de Maio de 2009. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(519)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1519 – “FMCV DEVELOPMENTS – Empreendimentos Imobiliários, S.A.”;
- c) Que foi requerida pelo nº 08 do diário do dia 26 de Maio do corrente, por, Fernando Aguiar Monteiro – Advogado;
- d) Que ocupa quatro folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 608/2009:

Artigo 11º, 1	150\$00
Artigo 11º, 2	180\$00
SOMA	330\$00
10% C.G.J.	33\$00
SOMA TOTAL	363\$00

São: (trezentos e sessenta e três escudos).

ETATUTOS “FMCV DEVELOPMENTS – EMPREENDEMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.”

Outorgantes:

PRIMEIRO: Jonh Todd Milne, casado com Margareth Milne, no regime de separação de bens, natural de Reino Unido, residente em Aberdeen, Reino Unido, portador de bilhete de identidade nº 401767610, emitido em 17 de Fevereiro de 2005, por UKPA;

SEGUNDO: John Inglis Forbes, casado com Mary Forbes, no regime de separação de bens, natural de Reino Unido, residente em Aberdeen, Reino Unido, portador de passaporte n.º 400648679, emitido em 13 de Fevereiro de 2003, por UKPA;

TERCEIRO: Jonathon Alexander Milne, casado com Linda Ann Milne, no regime de separação de bens, natural de Reino Unido, residente em Stonahaven, Reino Unido, portador de passaporte n.º 080099059, emitido em 1 de Outubro de 2005, por UKPA;

Todos representados por Fernando Aguiar Monteiro, casado, Advogado, portador de cédula profissional n.º 26/01, com domicílio e escritório na Rua Andrade Corvo, 17, 1º Esq., Planalto da Cidade da Praia, segundo procuração outorgada em 7 de Maio de 2009.

Acordam em constituir a uma sociedade anónima nos termos seguintes:

CAPÍTULO I

(Denominação, sede e objecto)

Artigo 1º

A sociedade adopta a firma “FMCV DEVELOPMENTS – EMPREENDEMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.”.

Artigo 2º

1. A sociedade, que tem a duração por tempo indeterminado, tem a sua sede na travessa da Rua Angola, nº 10, Mindelo, Ilha de S. Vicente.

2. A sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá mudar a sede para qualquer outro local ou ilha, bem como criar delegações, ou qualquer outra forma de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3º

1. A sociedade tem por objecto a promoção, gestão, exploração, investimento e aquisição de empreendimentos turísticos ou de outros meios de alojamento, compra e venda de imóveis e aquisição de propriedade imobiliária para revenda; bem como promoção e gestão de operações turísticas e hoteleiras, actividades de lazer, prestação de serviços de consultora relativamente a hotelaria e turismo e serviços associados.

2. A sociedade poderá subscrever, adquirir ou alienar participações no capital de quaisquer outras sociedades bem como participar em agrupamentos complementares de empresas ou sociedades reguladas por leis especiais.

CAPÍTULO II

(Capital social)

Artigo 4º

O capital social da sociedade é de 2.500.000\$00 (dois milhões e quinhentos mil escudos), encontrando-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Artigo 5º

1. O capital social é representado por duas mil e quinhentas acções de 1.000\$00 (mil escudos) cada uma, distribuído da forma seguinte:

- John Todd Milne, com oitocentas e trinta e três acções;
- John Inglis Forbes, com oitocentas e trinta e três acções; e
- Jonathon Alexander Milne, com oitocentas e trinta e quatro acções.

2. As acções são todas nominativas.

Artigo 6º

1. O capital social poderá ser representado por títulos de 5, 10, 20, 50, 100 ou 1000 acções, cada uma.

2. Os títulos definitivos ou provisórios, representativos das acções, serão assinados pelo Presidente do Conselho de Administração e por um Administrador, podendo as assinaturas ser apostas por chancela.

3. Os títulos podem ser concentrados ou desdobrados, a pedido dos interessados.

4. As despesas com o desdobramento ou concentração dos títulos ou com quaisquer averbamentos serão suportadas pelos accionistas que o hajam requerido.

Artigo 7º

1. As acções deverão ser registadas num livro próprio, guardado na sede social, onde poderá ser sempre consultado por qualquer accionista.

2. As acções são indivisíveis perante a sociedade devendo os proprietários colectivos das acções fazer-se representar junto dela por um único mandatário.

Artigo 8º

A transmissão das acções carece de autorização da sociedade.

Artigo 9º

1. A sociedade poderá aumentar o seu capital social uma ou mais vezes, desde que assim o delibere a assembleia-geral.

2. Em qualquer aumento de capital social, os accionistas gozam do direito de preferência na subscrição das novas acções.

3. Se qualquer accionista deixar de fazer uso do direito previsto no número antecedente, as novas acções serão rateadas entre os demais accionistas na proporção das acções que lhe pertencem antes de serem oferecidas a terceiros.

4. Pode a assembleia-geral, deliberar que as novas acções ou parte delas sejam subscritas por novos accionistas.

CAPÍTULO III

(Dos Órgãos Sociais)

Secção I

Da Assembleia-Geral

Artigo 10º

1. A Assembleia-geral é composta por todos os accionistas, com direito a voto, seja qual for o número de acções que possuam.

2. Cada acção dá direito a um voto.

Artigo 11º

A assembleia-geral é dirigida por uma Mesa constituída por um Presidente e um Secretário, todos eleitos pelos accionistas por um período de três (3) anos, renovável.

Artigo 12º

1. A Assembleia-geral não poderá deliberar validamente sem que estejam presentes ou representados os accionistas detentores de, pelo menos, 51% do capital social.

2. Se na primeira convocação não se conseguir o quórum referido no número antecedente, convocar-se-á nova assembleia-geral para uma nova data, dentro de um período não inferior a oito (8) dias, a qual poderá, validamente, deliberar com qualquer capital representado.

Artigo 13º

São da exclusiva competência da assembleia-geral:

- a) Definir as linhas gerais da actuação da sociedade;
- b) Deliberar sobre a aplicação dos resultados;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações aos Estatutos;
- d) Fixar as remunerações dos titulares dos órgãos sociais quando for caso disso.

Artigo 14º

1. A assembleia-geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente da respectiva mesa.

2. O pedido de convocação da Assembleia-geral será sempre dirigido ao Presidente da mesa, com indicação dos assuntos que deverão constar da ordem do dia.

Artigo 15º

A assembleia-geral será convocada, por carta registada, dirigida aos accionistas, com pelo menos vinte (20) dias de antecedência em relação à data da reunião.

Artigo 16º

1. As deliberações da assembleia-geral são tomadas por maioria absoluta dos votos emitidos, salvo quando a lei estabeleça de maneira diferente.

2. Carece, porém, da maioria de, pelo menos, 2/3 dos votos a deliberação sobre:

- a) Alterações do contrato de sociedade;
- b) Fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;
- c) Aumento de capital social;
- d) Outras para as quais seja exigida maioria qualificada.

Secção II

Do Conselho de Administração

Artigo 17º

1. A administração e a representação da sociedade, em juízo e fora dele, competem a um Conselho de Administração composto por 3 (três) Administradores, de entre os quais, um Presidente, todos eleitos pela assembleia-geral, por um período de três anos, sempre renovável.

2. Os membros do Conselho de Administração estão dispensados de prestar caução.

Artigo 18º

O Conselho de Administração tem todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento das actividades e a realização do objecto social da sociedade, incluindo, entre outros:

- a) Praticar todos os actos de administração não reservados por lei ou presente pacto a outros órgãos;
- b) Aprovar a orgânica administrativa e os regulamentos internos da Sociedade;
- c) Executar e mandar executar as deliberações da assembleia-geral.

Artigo 19º

Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

- a) Representar o Conselho de Administração;
- b) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração;
- c) Notificar o Conselho Fiscal da convocação das reuniões para apreciação das contas de exercício e nos demais casos em que julgue conveniente assistência dos membros desse Conselho;
- d) Fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração;
- e) Exercer os poderes que nele haja delegado o Conselho de Administração.

Artigo 20º

O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, por sua própria iniciativa ou a pedido de outros membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Artigo 21º

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Artigo 22º

O Conselho de Administração só pode deliberar validamente, estando presente a maioria dos seus membros.

Artigo 23º

O Conselho de Administração poderá nomear um Administrador Delegado para a gestão diária da sociedade e com poderes para, em seu nome, se ocupar de determinadas matérias da sociedade ou praticar determinados actos ou categoria de actos.

Secção IV

Da fiscalização da sociedade

Artigo 24º

A fiscalidade da sociedade bem como as revisões das suas contas competem a um Fiscal único.

CAPITULO IV

(Balanço e aplicação do resultados)

Artigo 25º

- 1. O ano económico é o civil.
- 2. O balanço será encerrado com referência a tinta e um (31) de Dezembro de cada ano.

Artigo 26º

Os lucros apurados em cada balanço anual, depois de deduzidos todas as despesas e encargos, inclusive o de quaisquer amortizações, terão a seguinte aplicação:

- Uma percentagem para a constituição e reintegração do fundo de reserva legal, até atingir o limite fixado na lei;
- As percentagens determinadas pela assembleia-geral para constituição de outros fundos de reserva ou para conta nova;
- O restante para distribuição aos accionistas como dividendos.

CAPÍTULO V

(Disposições finais comuns)

Artigo 27º

As funções dos membros dos órgãos sociais serão ou não remuneradas, conforme for deliberado pela assembleia-geral, que decidindo pela remuneração, fixará os respectivos quantitativos.

Artigo 28º

1. Das reuniões dos órgãos sociais serão lavradas actas em livro próprio, que serão assinadas pelos membros presentes e constituem prova das deliberações tomadas.

2. As actas das reuniões da assembleia-geral serão assinadas pelos membros da mesa que as dirigir.

Artigo 29º

A sociedade obriga-se:

- Pela assinatura de dois Administradores;
- Pela assinatura de um mandatário designado especificamente para o efeito pelo Conselho de Administração;
- Pela assinatura do Administrador Delegado, sempre que tais poderes específicos lhe tenham sido conferidos em acta pelo Conselho de Administração.

Artigo 30º

Em todos os casos omissos regeirão o Código das Empresas Comerciais e demais normas vigentes em Cabo Verde para as sociedades anónimas.

Artigo 31º

A sociedade assumirá todas as despesas resultantes do processo da sua constituição, ficando, desde já, o Conselho de Administração autorizado a efectuar, nos termos da alínea b), n.º 6, do artigo 346º do Código das Empresas Comerciais, o levantamento dos fundos necessários para esse fim e outras despesas de instalação, incluindo serviços prestados por terceiros.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 2 de Junho de 2009. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(520)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Cruz

O CONSERVADORA/NOTÁRIA: YODALIS CHACÓN BATISTA

EXTRACTO

Certifico, narrativamente e para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão e unificação de quota da sociedade comercial por quotas denominada “OPENLINE, LDA”, com sede social em Achada Fátima, Vila de Pedra Badejo, concelho de Santa Cruz, com o capital social de 200.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Predial Comercial e Automóvel da Praia sob o número 256578109/0211020080904;

CEDENTE: José Campos Pires, natural da Freguesia de Canedo de Basto Portugal, de nacionalidade portuguesa, viúvo, residente em Gondomar, Portugal.

QUOTA TRANSMITIDA: 50.000\$00.

CESSIONÁRIO: Armando Egídio Martins da Cruz, natural da Freguesia de Gondomar, de nacionalidade portuguesa, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Ana Paula Ferreira Santos, residente em Bela Vista, Praia.

QUOTA UNIFICADA: 50.000\$00+50.000\$00

QUOTA RESULTANTE: 100.000\$00

Em consequência foi alterado o artigo 4º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 4º

O capital é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos CV), totalmente subscrito e realizado em dinheiro, correspondendo à soma das quotas distribuídas pelos sócios assim distribuídas:

- Uma quota com o valor nominal de 100.000\$00 (cem mil escudos), pertencente ao sócio Armando Egídio Martins da Cruz;
- Uma quota com o valor nominal de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), pertencente ao sócio Eduardo da Silva Moreira;
- Uma quota com o valor nominal de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), pertencente ao sócio João José Barbosa de Carvalho.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Cruz, aos 10 de Junho de 2009. – A Conservadora/Notária, *Yodalis Chacón Batista*.

(521)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Catarina

O CONSERVADORA/NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTOS DA SILVA MARQUES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “MARIA VICTORIA GONÇALVES FIDALGO, LDA”.

SEDE: Rua Bibinha Cabral - Vila do Tarrafal, Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal.

OBJECTO:

- Comércio geral de importação e/ou exportação de géneros alimentícios, bebidas, materiais eléctricos e/ou electrodomésticos e/ou electrónicos e/ou materiais de construção civil, perfumarias, roupas, calçados, produtos de beleza, bijutarias, souvenir, pescados, veículos automóveis, máquinas industriais, materiais de pescas e motores navais, motociclos, peças e acessórios auto;
- Compra, venda, permuta e/ou arrendamento de imóveis e mediação imobiliária;
- Prestação e exploração de serviços de restauração, hotelaria e turismo;
- Representações das sociedades comerciais.

2. A sociedade poderá adquirir livremente participações em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, bem como em agrupamentos complementares de empresas.

CAPITAL: 5.000.000\$00, realizado em dinheiro.

SOCIOS E QUOTAS:

- Maria Victória Gonçalves Fidalgo, 500.000\$00;
- Isandra Eveline Gonçalves Fidalgo Fernandes, 1.125.000\$00;
- Dulceneia Gonçalves Barbosa Fernandes, 1.125.000\$00;
- Fátima Levy Barbosa Fernandes, 1.125.000\$00;
- Almilo Gonçalves Barbosa Fernandes, 1.125.000\$00.

GERÊNCIA:

1. A gerência da sociedade é confiada a sócia, Maria Victória Gonçalves Fidalgo, bem assim como a sua representação em juízo e fora dele, sendo desde já nomeada gerente com dispensa de caução, com ou sem remuneração, conforme deliberado em assembleia-geral.

2. A sociedade poderá constituir mandatários ou procuradores para prática de determinados actos, nos termos do artigo 323º, ponto 5, do Código das Empresas Comerciais.

FORMA DE OBRIGAR: Com a assinatura da gerente ou de um procurador devidamente mandatado.

Está conforme:

Conta:

São: 431\$00 (quatrocentos e trinta e um escudos)

Reg. sob o nº 2459/2009.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, aos 3 de Junho de 2009. A Conservadora/Notária, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

(522)

O CONSERVADORA/NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTOS
DA SILVA MARQUES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória foi constituída uma sociedade anónima denominada, “CAIS – Companhia de Água de Ilha de Santiago, SA” nos termos seguintes:

FIRMA: “CAIS – Companhia de Água de Ilha de Santiago, SA”.

SEDE: Cidade de Assomada, Freguesia e Concelho de Santa Catarina, podendo ser deslocada para qualquer ponto do território nacional, por deliberação do Conselho de administração; Mediante simples deliberação do Conselho de administração, sociedade poderá abrir ou encerrar sucursais, filiais ou delegações ou outras formas de representação, onde e quando julgar mais convenientes;

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: A sociedade tem por objecto a produção de água dessalinizada com utilização de sistema de optimização energética, importação, exportação de todos os equipamentos, materiais componentes e acessórios ligados à actividade principal.

CAPITAL: 25.000.000\$00 (vinte e cinco milhões de escudos), e está dividido em 25000 acções, no valor de 1000\$00 (mil escudos) cada;

ACCIONISTAS:

- a) LACHESI CABO VERDE, SA, 90% do capital social, correspondente a 22500 acções, no valor de 22.500.000\$00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil escudos);
- b) O Estado de Cabo Verde, 10% do capital social, correspondente a 2500 acções, no valor de 2.500.000\$00 (dois milhões e quinhentos mil escudos).

Nesta data encontra-se realizado 50% do capital social, correspondente a 12.500.000\$00 (doze milhões e quinhentos mil escudos), e o remanescente do capital social deverá ser realizado no prazo de dois anos.

A sociedade é administrada por um Conselho de administração constituída por três membros, dos quais um com funções executivas e dois não executivas, eleitos em assembleia-geral, por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, aos 28 de Maio de 2009. A Conservadora/Notária, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

(523)

Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe
do Sal

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação, que a presente está conforme o original na qual foi feito um averbamento duma cessão de quotas, referente à sociedade denominada “DOCIAN – HIGIENE E LIMPEZA, LIMITADA”, matriculada nesta Conservatória sob o nº 933/05.04.11, ficando o capital social com a seguinte distribuição:

Capital social

O capital social da sociedade é de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), encontra-se realizado em numerário feita como se segue:

EMICELA – PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS, LIMITADA”, sociedade comercial com sede na zona industrial de Palmeira, ilha do Sal, matriculada na Conservatória dos Registos do Sal sob o número 935/05, com o capital integralmente realizado de sete milhões de escudos, com NIF 250380528 detentora de uma quota no valor nominal de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos).

Conservatória dos Registos de Segunda Classe do Sal, aos 16 de Fevereiro de 2009. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

(524)

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do numero um do artigo nono da lei numero vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três de vinte e um de Julho, que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 20 /07.10.03, uma Associação sem fins lucrativos denominada “SAL APOIADA – JUNTOS PARA CONSTRUIR”, com sede em Hortelã, Espargos, Ilha do Sal, de duração por tempo indeterminada, com o património inicial de quinze mil escudos, com o objecto de construir habitação própria para os seus membros e apoiar a população mais carenciada na ilha no sentido de obter a sua habitação própria, podendo para o efeito realizar todas e quaisquer actividades que se considerem adequadas à realização do fim preconiado nomeadamente:

- a) Promover a formação cívica, cultural e científica dos seus membros;
- b) Defender e promover os valores fundamentais do ser humano;
- c) Criar serviços de consulta dos associados;
- d) Zelar pela participação dos seus membros na decisão dos problemas habitacionais e sociais da ilha;
- e) Participar ou apoiar acções úteis à melhoria das condições do campo habitacional da ilha;
- g) Exercer quaisquer outras atribuições previstas por lei ou pelos estatutos da mesma.

A associação é representada perante terceiros pelo seu Presidente da Direcção.

Conta nº 1927/2007

Conservatória dos Registos de Segunda Classe do Sal, aos 31 de Outubro de 2007. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

(525)

ORDEM DOS MÉDICOS DE CABO VERDE**LISTA ADMITIDAS ÀS ELEIÇÕES**

Nos termos do nº 3 do artigo 39º da Lei nº 90/VI/2006, de 9 de Janeiro, são as seguintes as listas definitivamente admitidas às Eleições dos Órgãos Sociais da Ordem dos Médicos de Cabo Verde, para o triénio 2009/2012, que terão lugar no dia 27 de Junho de 2009, pelas 8h30m na Biblioteca Nacional, cidade da Praia.

LISTA A**Mesa da Assembleia-Geral**

Presidente – Ireneu Fileto Brito Gomes
 Vice-Presidente – Francisco Fortunato P. Barbosa Amado
 Secretária – Samila Inocêncio
 Suplentes – Florentina Lima
 – Liziana Sofia da Silva Barros

Conselho Directivo Nacional

Presidente – Júlio Barros de Andrade
 Vice-presidente – Ernesto Ramos Guilherme Rocha
 Tesoureiro – Hélder Margarito Évora Tavares
 Secretária – Maria da Luz Lima Mendonça
 Suplentes – Orlando do Rosário Lopes Andrade
 – Mónica Rodrigues

Comissão Nacional de Disciplina

Presidente – Dulce Valadares Dupret
 Vice Presidente – Filomena Libânia Évora
 Vogal – José de Fátima Semedo da Rosa
 Suplentes – Carlos José Alves Neves
 – Raquel Evelise Rocha Fernandes

Conselho Fiscal

Presidente – Carlos Augusto Vieira Ramos
 Vice-presidente – Henrique José Vera Cruz
 Vogal – António Fernandes Gomes
 Suplentes – Victor Hugo Zayas Rodriguez
 – Irenita Almeida S. F. Figueiredo

LISTA B**Mesa da Assembleia-Geral**

Presidente – Emily Silvina Vieira Silva Santos
 Vice-Presidente – Helder José Miranda A. Rosário
 Secretária – Zuleica Jacinta N. Gomes Fernandes
 Suplentes – Carla Marisa S.R. Guiomar
 – Claudia Helena Gomes dos Santos

Conselho Directivo Nacional

Presidente – Maria da Conceição Moreira de Carvalho
 Vice-presidente – Tomas Alves de Só Valdez
 Tesoureira – Odete Mendonça Moreno
 Secretário – José Rui Ramos Moreira
 Suplentes – António Lima Moreira
 – Ulardina Domingos Furtado

Conselho Nacional de Disciplina

Presidente – Maria da Conceição Ramos Pinto
 Vice-Presidente – Mário Elísio Semedo Sena
 Vogal – Victor Manuel Moreira Costa
 Suplentes – Vaneusa Correia Rodrigues
 – Carla Francisca T. M. Tavares

Conselho Fiscal

Presidente – Luis Manuel Dias Andrade
 Vice-presidente – Carolina Cardoso Silva Leite
 Vogal – Isandro Ernesto Silva Borges
 Suplentes – Murtala M. Pires Keita
 – Ivanildo Leite de Melo

Ardem dos Médicos de Cabo Verde, na Praia, aos 8 de Junho de 2009.
 – O Bastonário, Dr. *Luís de Sousa Nobre Leite*.

(526)

CABO VERDE TELECOM**Mesa da Assembleia-Geral****CONVOCATÓRIA**

São convocados os Senhores Accionistas da CABO VERDE TELECOM, SA, para uma reunião extraordinária da Assembleia-Geral da Sociedade, a ter lugar no dia 10 de Julho de 2009, pelas 10H30, no Hotel Praia-Mar, Cidade da Praia, com a seguinte:

Ordem do Dia:

Alteração do artigo 4º do Pacto social, mediante a introdução dum novo número, com a seguinte redacção:

Importação de bens e equipamentos necessários ao exercício da sua actividade.

Mesa da Assembleia-Geral de CABO VERDE TELECOM, na cidade da Praia, aos 10 de Junho de 2009. – A Presidente da Mesa, *Ana Sequeira*.

(527)

CONTAS E BALANCETES

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE

Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS 2008

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente:	Marcos Fortunato Oliveira (<i>INPS</i>)
Vice-Presidente:	António Pedro de Sá Alves Sameiro (<i>CEMG</i>)
Primeiro Secretário:	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro (<i>INPS</i>)
Segundo Secretário:	Rui Manuel Alves (<i>CEMG</i>)

Conselho de Administração

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (<i>INPS</i>)
Vice-Presidente	Eduardo José da Silva Farinha (<i>CEMG</i>)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes (<i>INPS</i>)
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos (<i>CCV</i>)
Vogal	Paulino Baptista Dias Jesus
Vogal	Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (<i>IMPAR</i>)
Vogal	Virgílio Manuel Boavista Lima (<i>AMMGMG</i>)

Conselho Fiscal

Presidente	Eunice da Graça da Luz (<i>CCV</i>)
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro (<i>IMPAR</i>)
Vogal	Daniel do Rosário dos Santos (<i>INPS</i>)

Os membros dos órgãos sociais foram eleitos na Assembleia-Geral Ordinária de 25 de Julho de 2008.

DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL¹

Direcção Administrativa	Emanuel Évora Gomes <i>Director</i>
Direcção de Informática	Jorge Henrique Lima <i>Director</i>
Direcção Financeira e Internacional	Manuel Sanches Tavares Júnior <i>Director Adjunto</i>
Direcção Comercial	Maria-Júlia do Rosário Ferreira <i>Directora</i>
Direcção dos Recursos Humanos	Ricardina Andrade <i>Directora</i>
Direcção da Contabilidade	Serge Santos <i>Director Adjunto</i>
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Octávio Augusto Silva Melo <i>Coordenador de Gabinete</i>

Direcção de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Lobo de Pina <i>Directora</i>
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Maria Resende Cardoso <i>Chefe de Serviço</i>
Gabinete de Marketing	Helder Manuel da Graça da Luz <i>Chefe de Serviço</i>
Gabinete de Organização e Qualidade	Célia Maria Barreto Santos <i>Directora Adjunta</i>

Agência de Assomada	Arlindo Tavares de Melo <i>Gerente</i>
Agência da Praia - Achada de Santo António	Katia Antunes <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Fazenda	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>
Agência da Praia - Plateau	Tatiana Barbosa <i>Gerente</i>
Agência dos Espargos	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Santa Maria (Sal)	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência do Aeroporto Amílcar Cabral (Sal)	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo-Av. 5 de Julho	Águeda Cardoso da Graça <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo-Monte Sossego	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência da Ribeira Grande	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência de Palmarejo	Denise Santos <i>Gerente</i>
Agência de S. Filipe - Fogo	Lidia Marcelina Barbosa Vasconcelos <i>Gerente</i>
Agência da Calheta de S. Miguel	Julião Manuel Rocha Semedo <i>Sub-Gerente</i>
Agência do Aeroporto da Praia	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>
Agência do Centro Comercial Sucupira	João Carlos Barros <i>Assessor</i>
Agência de Achada S. Felipe, Praia	Arlindo Tavares de Melo <i>Gerente</i>
Agência do Tarrafal, Santiago	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Fonte Cónego	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência do Coculi, S. Antão	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Paúl, S. Antão	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Sal-Rei, Boavista	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Santa Cruz, Santiago	José Jorge Silva <i>Gerente</i>
Caixa Empresas	Mario Fernandes <i>Gerente</i>
Agência dos Mosteiros	Lidia Marcelina Barbosa Vasconcelos <i>Gerente</i>

¹No entanto, a estrutura sofreu algumas alterações em Abril de 2009, na sequência da adaptação da estrutura organizacional.

Carta do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos,

É com muita satisfação que, chegados ao fim de mais um exercício económico, podemos afirmar que a Caixa Económica continua o seu percurso de afirmação e de consolidação da sua posição no mercado, tendo conseguido, no decurso do ano findo, resultados globalmente satisfatórios.

Não obstante a conjuntura internacional desfavorável e um certo abrandamento do ritmo de crescimento da economia nacional, a Caixa continuou a crescer, tendo atingido as metas de crescimento de Depósitos e da Carteira de Crédito fixados para o ano, bem como dos Resultados Brutos Operacionais, ao mesmo tempo que viu o seu Activo Líquido registar um crescimento de 13%, para atingir os 30.576.056 contos em Dezembro de 2008, levando, desde modo, a instituição a elevar a sua quota de mercado de mercado global (Depósitos + Créditos) de 27,4% para 29,4%.

Para suportar as suas actividades, a instituição prosseguiu com a sua política de expansão da sua rede comercial com a abertura de mais duas agências, uma em Pedra Badejo e outra na Vila de Sal Rei, Boa Vista, ao mesmo tempo que procedeu à reestruturação da sua estrutura orgânica consentânea com o novo plano de desenvolvimento estratégico, assente numa visão que a projecta como o melhor banco universal de Cabo Verde, que se quer reconhecido pelo seu elevado nível de modernização tecnológica e de inovação, orientado essencialmente para o mercado de retalho, dos Particulares Residentes e Emigrantes, e das Empresas. Importa referir, neste particular, que esses importantes instrumentos de gestão foram concebidos na sequência das alterações operadas a nível dos órgãos sociais do banco, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 25 de Julho de 2008, com realce para o Conselho de Administração e Comissão Executiva, cuja equipa foi totalmente renovada.

Com vista a dotar a instituição de condições condignas e à altura das suas ambições estratégicas, para além da abertura das duas agências supra referidas, deu-se passos importantes a nível das instalações, com a celebração do contrato de empreitada da construção da Sede Social da Caixa Económica, ficando, assim, criadas as condições para a edificação de um marco arquitectónico e histórico para a instituição, seus trabalhadores e, quiçá, o próprio país. Outras decisões importantes levadas a cabo neste domínio prendem-se com o início da construção da nova agência em Sal-Rei, Ilha da Boavista, e das obras de ampliação da Agência da Assomada, para além da identificação dos espaços para a abertura de agências em várias ilhas, nomeadamente, Maio, S. Antão, mais concretamente em Porto Novo, e S. Nicolau.

Estamos, pois, confiantes de que, em 2009, a Caixa, não obstante as incertezas que pairam sobre a economia global devido à profunda crise financeira internacional, com o novo e ambicioso plano estratégico delineado para os próximos anos, aliado à muita abnegação que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, irá enfrentar com sucesso os desafios de mercado. Estamos em crer que estão reunidas as condições básicas para o banco imprimir um novo impulso ao seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infra-estruturas físicas e tecnológicas e uma aposta forte na valorização e motivação dos seus Recursos Humanos, de modo a reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado para, deste modo, criar cada vez mais valor para os seus accionistas e trabalhadores a um nível que a todos satisfaçam.

As últimas palavras são de agradecimento para os nossos Clientes, pela sua preferência, os Accionistas pela sua escolha e confiança depositada em nós, e, muito em especial, os nossos estimados colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que nos demonstraram ao longo do ano.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal, o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores	Unidades	2008	2007
1. Dimensão			
Activo Líquido	Mil contos	30.576,0	26.984,6
Variação	%	13,0	6,0
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	Mil contos	2.187,1	2.053,6
Crédito sobre Clientes (Líquido)	Mil contos	18.522,9	15.800,3
Depósitos de Clientes	Mil contos	27.235,7	23.924,0
Trabalhadores	Unidades	222	213
Agências e Outras Formas de Representação	Unidades	33	32
Agências	Unidades	25	23
Delegações nos Correios	Unidades	8	9
2. Rendibilidade			
Resultado Líquido do Exercício	Mil contos	272,5	471,6
<i>Cash Flow</i> do Exercício	Mil contos	1.096,2	719,1
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	%	0,95	1,80
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE)	%	12,85	25,15
3. Prudências			
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	%	10,1	10,7
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / F. Próprios)	%	32,2	32,0
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	%	33,7	18,3
4. Funcionamento			
Custos Operativos / Produto Bancário (<i>Cost to Income</i>)	%	55,4	56,1
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	8.241	7.246
<i>Cash Flow</i> do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	4.721	3.559,9

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CECV), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral o Relatório e as Contas, referentes ao Exercício de 2008.

1.1.1 Conjuntura Internacional

A conjuntura internacional referente ao ano de 2008 caracterizou-se por uma evolução decrescente das actividades económicas ao longo do ano, com uma estimativa de crescimento real a nível mundial na ordem dos 2,9%.

Teme-se por uma queda acentuada do nível de crescimento da economia em 2009, na medida em que nos finais de 2008 as principais economias encontravam-se em recessão, estagnação ou forte abrandamento, e a queda da actividade foi mais rápida e acentuada que o esperado.

O crescimento mundial continua sendo impulsionado pelas principais economias emergentes, com especial destaque para a China com 9,0% de crescimento, Ásia Emergente com 7,2% e Europa Emergente com 7,7%.

A Economia Americana terá crescido à volta de 1,4% como consequência da crise do sector financeiro.

As pressões inflacionistas devidas, como consequência da subida geral dos preços das matérias-primas e dos produtos energéticos, registam uma inversão de tendência no último trimestre de 2008. Nos Estados Unidos a inflação situou-se nos 4,3% contra 2,9% em 2007. Na Zona euro ela atingiu os 3,0% contra 2,1 em 2007.

O preço do petróleo registou uma trajectória ascendente durante o primeiro semestre do ano, batendo todos os máximos históricos, ultrapassando os 130 USD/Barril, enquanto durante o segundo trimestre conheceu uma trajectória descendente muito vertiginosa, atingindo o valor mais baixo desde Março de 2005. Esta escalada de preço deve-se essencialmente à agudização da crise financeira internacional que, por seu turno provocou um abrandamento acelerado da economia mundial e consequentemente um arrefecimento acentuado ao nível da procura.

1.1.2 Conjuntura Nacional

A análise dos dados da economia nacional, não obstante a conjuntura internacional, revela uma evolução positiva e forte da actividade económica em 2008, segundo fontes do FMI.

O indicador do clima de investimento revela uma estabilização das expectativas dos investidores, enquanto que os dados referentes às despesas, revelam uma desaceleração do ritmo de crescimento desta variável.

As pressões inflacionistas, devidas ao mau ano agrícola e à subida do preço dos produtos energéticos registados em 2007 e primeiro semestre de 2008, conheceram uma diminuição significativa no último trimestre. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, a inflação (média anual) situou-se em 6,8%, registando-se, assim, uma inversão da tendência crescente verificada em ao longo dos primeiros três semestres.

O crescimento do PIB deverá situar-se nos 6,4% segundo fontes do Banco de Cabo Verde.

Os agregados monetários de crédito vão ficar dentro do programado pelo Banco de Cabo Verde, ou seja um crescimento de 29,6% para o crédito interno, um crescimento de 7,9% para a Massa Monetária e um crescimento de 28,8% para o crédito à economia.

Os Activos Externos Líquidos do Banco Central registaram um crescimento de 7,9%, enquanto o Activo Externo dos bancos comerciais registou uma diminuição de 125,0%.

O excesso de liquidez no sistema bancário caracterizou o ano de 2008, sobretudo durante a primeira metade, tendo o Banco Central, para minimizar os riscos que o excesso de liquidez representa para a estabilidade dos preços, procedido à colocação no mercado de títulos próprios, (TRM e TIM), absorvendo desta forma o excesso de liquidez então existente.

Entretanto, comparativamente ao ano anterior, os sinais de esterilização da liquidez são muito mais evidentes.

O défice orçamental deverá atingir 0,9% do PIB em Dezembro de 2008, contra 5,9% em 2007, evidenciando um crescimento das receitas na ordem dos 13% e das despesas na ordem dos 11,0%.

Indicadores da Economia Cabo-Verdiana

Designação	2007	2008
Produto Interno Bruto	6,4%	5,9%
Inflação	4,5%	6,8%
Crédito Interno Total	6,1%	18,8%
Massa Monetária	13%	7,9%

A nível da intervenção do Banco Central, registou-se uma subida acentuada nas taxas de juro, tendo-se fixado, com efeito a 27 de Outubro, da seguinte forma:

A Taxa de Redescoto - 7,5%;

A Facilidade Permanente de Cedência - 8,25%;

A Taxa de Regulação Monetária (TRM) - 5,25%

A Facilidade Permanente de depósito passou de - 2,75%.

A nível da supervisão bancária, o exercício ficou marcado pelo alargamento do prazo de implementação das Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF). A maioria dessas regras vem aumentar o nível de exigências, tanto em termos de organização interna, como em termos de indicadores prudenciais.

Fruto da forte concorrência existente no mercado, as taxas de juro das operações activas continuaram a descer, atingindo, em certas operações, níveis excessivamente baixos, diminuindo consideravelmente a margem financeira dos bancos.

1.3 Principais Aspectos Institucionais

Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de Julho de 2008 foram reconstituídos os Órgãos Sociais do banco, tendo o INPS, na qualidade de principal accionista, assumido, cumulativamente, as funções de presidente, tanto do Conselho de Administração, como da Comissão Executiva, tendo sido eleito para tais funções o representante Emanuel de Jesus Miranda. A nível da Comissão Executiva, que foi totalmente renovada, passaram a integrar este órgão um representante dos Correios de Cabo Verde, SARL, e um dos accionistas privados nacionais. Igualmente, houve alteração a nível da Assembleia-geral, cuja presidência, que até então estava a cargo do Montepio Geral, passou a ser exercida pelo INPS. O Conselho Fiscal continuou sendo composto pelos representantes dos accionistas Correios de Cabo Verde, que preside, INPS e Impar.

Em termos de estrutura accionista da instituição, não se registaram quaisquer alterações, estando o seu Capital Social distribuído da forma indicada no quadro abaixo:

Distribuição do Capital Social

Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%
Montepio Geral-Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar - Companhia Cabo-verdiana de Seguros	39.247	11,3%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local*	26.069	7,5%
Outros Subscritores	22.737	6,5%
Trabalhadores	2.921	0,8%
Total	348.000	100,0%

*Grupo de 51 empresários e quadros nacionais

Em 31 de Dezembro de 2008, a Caixa Económica de Cabo Verde tinha um volume de acções cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde representando 60% do seu Capital Social, à razão de 6.500\$00 por acção.

2. Síntese da Actividade

A Caixa Económica de Cabo Verde teve um desempenho bastante positivo, tendo atingido os objectivos de crescimento de depósitos e da carteira de crédito fixados para o ano, bem assim como dos Resultados Brutos Operacionais (antes das provisões) propostos para 2008.

A Instituição continuou a sua política de alargamento da rede de balcões com a abertura de mais duas agências.

Os Depósitos de Clientes registaram um crescimento de 14,2%, atingindo os 27.206.471, contos contra 23.828.743 contos registados em 31 de Dezembro de 2007.

O Crédito Bruto total registou um crescimento de 22%, atingindo 21.434.033 contos, contra os 17.567.301 contos registados em 2007.

A quota de mercado da Caixa Económica nos Depósitos Totais aumentou, situando-se em 29,8% no final de 2008, contra 26,6% em 2007, o que representa um ganho de 3,2 p.p.

No Crédito Interno, a quota de mercado da Caixa Económica atingiu 29%, contra os 28,3% em 2007, enquanto que a quota do Crédito à Economia situou-se em 33%, contra os 35% registados no ano anterior.

Os aumentos das quotas de mercado nos Depósitos e nos Créditos fizeram aumentar para 29,4% a quota de mercado global (Depósitos + Créditos) da Caixa.

O Activo Líquido registou um crescimento de 13%, atingindo os 30.576.056 contos em Dezembro de 2008, contra 26.984.670 contos em 2007.

O Resultado Líquido do Exercício foi de 272.568 contos, o que representa uma diminuição de 42% em relação a 2007. Esta diminuição deve-se ao reforço das provisões líquidas que ascenderam a 672.298 contos, contra 140.241 do ano 2007, representando um aumento de 379%.

Em consequência da diminuição do Resultado Líquido, a Rendibilidade do Activo (ROA) baixou para 0,95% e a rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) atingiu os 12,8%, contra 25,1% em 2007.

Com o reforço das provisões para crédito vencido registou-se uma melhoria do nível de cobertura por provisões, o qual passou de 18,3% em 2007 para 33,7% em 2008.

A qualidade dos créditos melhorou em relação a 2007, passando o rácio do crédito vencido de 20,4% para 17,2%, em 2008.

O Rácio de Solvabilidade atingiu 10,1% devido ao crescimento do crédito concedido, contra os 10,7% constatados em 2007.

3. Actividade Bancária

3.1. Depósitos

Os Depósitos Totais em 2008 atingiram o valor de 27.206.471 contos, contra 23.828.742 contos em 2007, o que representa um crescimento de 14,2%. O maior crescimento verificado foi a nível dos Depósitos a Prazo de Residentes, com um crescimento de 27,1%, ou seja, mais 1.452.044 contos.

Os Depósitos dos Emigrantes, importantes impulsionadores do crescimento dos depósitos da Instituição, têm vindo a registar, nos últimos dois anos, um crescimento moderado. Assim, em 2008, os Depósitos Totais dos emigrantes aumentaram 6,6% contra 6,3% em 2007, enquanto que os Depósitos a Prazo Emigrante conheceram um crescimento de 5,5%, ou seja, um ganho de 1.9 p.p. em relação ao ano 2007.

Em consequência, o peso dos Depósitos de Emigrantes no Total Depósitos diminuiu de 32,3% em 2007 para 30,1% em 2008.

Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (Milhares de Escudos)

Designação	31-Dez-08	31-Dez-07	Crescimento 2008	
	Realizado	Realizado	Valor	%
Residentes				
Depósito à Ordem	11.800.987	10.771.817	1.029.170	9,6%
Depósito a Prazo	6.813.363	5.361.319	1.452.044	27,1%
Bilhetes Tesouro	390.000	0	390.000	
Total Residentes	19.004.350	16.133.136	2.871.214	17,8%
Emigrantes				
Depósito à Ordem	1.223.162	1.077.423	145.739	13,5%
Depósito a Prazo	6.978.959	6.618.184	360.775	5,5%
Total Emigrantes	8.202.121	7.695.607	506.514	6,6%
Depósitos Totais	27.206.471	23.828.743	3.377.728	14,2%

Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2007.

Depósitos das Empresas e dos Particulares (Milhares de Escudos)

Depósitos	31-Dez-2008	31-Dez-2007	Crescimento 2008	%
	Realizado	Realizado	Valor	
Depósitos Particulares	17.468.189	16.220.516	1.247.674	7,7
Depósitos Empresas	9.738.282	7.608.227	2.130.055	28
Total	27.206.471	23.828.743	3.377.728	14,2

A quota-parte dos Depósitos das empresas nos Depósitos Totais aumentou, em 2008, para 35,8%, contra os 31,9% alcançados em 2007, em consequência do forte crescimento verificado neste segmento.

Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2007.

3.2. Créditos

A nível da actividade creditícia, a Caixa Económica manteve elevados níveis de crescimento em 2008. O Crédito Bruto atingiu o montante de 21.434.086 contos, incluindo 1.154.081 contos de obrigações de empresas, o que representa um aumento de 3.866.785 contos (+22% face a 2007).

A subscrição de obrigações das empresas através da Bolsa de Valores de Cabo Verde tem constituído uma alternativa de aplicação de fundos para os bancos nacionais. Com as referidas obrigações, o Crédito às Empresas representava em 31 de Dezembro de 2008 42,8% da Carteira Total, contra 38,2% em 2007.

O Crédito às Empresas cresceu 36,8%, contra 27,7% em 2007, com destaque para o Crédito à Tesouraria que aumentou 71,2%.

Por seu lado, o Crédito a Particulares cresceu 12,9%, contra os 15,3% do ano 2007, o que fez diminuir o seu peso na Carteira de Crédito de 61,8% em 2007 para 57,2%.

A nível do Crédito a Particulares, o destaque vai para o Crédito à Habitação, com um crescimento de 10,2%, ou seja, 747.041 contos em termos absolutos.

De realçar que, no âmbito da legislação do Banco Central sobre a Classificação do Crédito e Constituição de Provisões, deu-se continuidade ao abatimento do Activo dos créditos em classe V há mais de seis meses, com a constituição das respectivas provisões em 100%. O valor abatido até 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 456.722 contos.

Evolução do Crédito Bruto (Contos)

Créditos	31-Dez-2008	31-Dez-2007	Crescimento 2008	
	Realizado	Realizado	Valor	%
Particulares				
- Habitação	8.045.131	7.298.090	747.041	10,2%
- Outros Fins	4.213.008	3.559.376	653.632	18,4%
Total Particulares	12.258.138	10.857.466	1.400.672	12,9%
Empresas				
- Investimento	6.446.952	5.115.624	1.331.328	26,0%
- Tesouraria	2.728.995	1.594.211	1.134.785	71,2%
Total Empresas	9.175.948	6.709.835	2.466.113	36,8%
Total Créditos	21.434.086	17.567.301	3.866.785	22,0%

Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2007.

Apesar da importância crescente do Crédito à Tesouraria e do Crédito para Outros Fins, o Crédito à Habitação continua a ser o de maior peso na carteira de crédito da Caixa (37,5%), não obstante a diminuição gradual do seu peso em relação aos anos anteriores.

Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2007.

A distribuição do crédito em situação normal por maturidade mostra que o crédito a médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) constituía 89,6% do total, no final de 2008.

Evolução de Crédito Normal por Prazos (Milhares de Escudos)

Designação	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curto Prazo	1.874.897	10,4	893.905	6,3	980.992	109,7
Médio Longo Prazo	16.075.779	89,6	13.352.914	93,7	2.722.865	20,4
Total	17.950.676	100,0	14.246.819	100,0	3.703.857	26,0

Em termos de contratação de créditos, foram realizados durante o exercício de 2008 6.718 contratos, no valor total de 8.074.847 contos, evidenciando um crescimento de 38,1% em relação a 2007. Neste particular, realce-se o forte crescimento do Crédito à Tesouraria (91,7%) e do Crédito ao Investimento (44,6%).

O crédito aprovado registou uma evolução positiva de 41%.

Em termos de procura de crédito, traduzida em pedidos entrados, registou-se um aumento de 7% em relação ao ano 2007.

A grande procura centra-se no Crédito à Tesouraria, enquanto que denota-se uma ligeira diminuição dos pedidos de Crédito à Habitação e ao Investimento.

3.3 Crédito e Juros Vencidos

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor do Crédito e Juros Vencidos era de 3.483.410 contos contra 3.341.388 contos em 2007, o que representa um ligeiro aumento de 4,3%.

Contribuíram para este aumento o crédito concedido aos particulares que cresceu 8,1% em relação ao ano 2007, com destaque para o crédito ao consumo que registou um crescimento de 28%.

O segmento de particulares continua a ter um rácio de crédito vencido muito inferior ao do segmento das empresas.

O Crédito à Habitação continua sendo o de menor risco na carteira de crédito da instituição, não obstante o seu peso na carteira vencida, decorrendo este facto das alterações introduzidas na contabilização dos créditos em que as prestações vincendas dos créditos em situação irregular passaram, desde de 2007, a estar contabilizadas como vencidas.

O rácio total passou de 20,3% em 2007 para 17,2% em 2008 evidenciando uma descida de 3,1 pontos percentuais.

Esta diminuição do rácio resulta essencialmente dos bons resultados conseguidos na recuperação do crédito e do abatimento ao activo dos créditos na classe V há mais de seis meses, em conformidade com o Aviso 4/2006, no montante de 75.600 em 2008.

O rácio de Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, também evoluiu positivamente, passando de 18,3% em 2007 para 33,7% em 2008.

3.4 Aplicações Financeiras

A nível do mercado da dívida pública, à semelhança dos anos anteriores, a Caixa teve uma participação muito reduzida.

A taxa de juros dos Bilhetes de Tesouro estabilizou-se em cerca 3,5% e a das Obrigações de Tesouro, em cerca 5,5%.

O Banco Central continuou a utilizar os Títulos de Regulação Monetária (TRM) e os Títulos de Intervenção Monetária (TIM) para absorver excesso de liquidez no sistema bancário, tendo a Caixa recorrido a estes instrumentos para aplicar os excessos temporários de liquidez.

A nível do Mercado de Capitais registaram-se os lançamentos das Ofertas Publicas de Subscrição das obrigações do Banco Interatlântico, da Imobiliária Fundiária e Habitat (IFH) e da SOGEL, tendo a Caixa participado dos consórcios de colocação.

Destaca-se também a participação activa da Caixa enquanto Intermediário Financeiro junto da Bolsa de Valores nas operações de compra e venda de títulos por conta dos seus clientes.

4. Gestão dos Meios

4.1 Recursos Humanos

Na CECV prosseguiu com a sua política de valorização dos seus colaboradores assente numa nova visão de cultura de gestão orientada para os objectivos, para a valorização individual, para uma comunicação directa e ampla, para a delegação associada à confiança, à promoção do trabalho em equipa e à valorização de talentos internos.

Alinhada com o desenvolvimento humano, a CECV prosseguiu com acções estruturadas para capacitar os seus colaboradores de todas as áreas (técnicos, executivos, administrativos) e que são oferecidas a qualquer colaborador interessado em desenvolver-se, pessoal e profissionalmente, com o objectivo é capacitar e actualizar constantemente os seus colaboradores para enfrentarem os novos desafios do mercado financeiro.

4.1.1 – Actividades Relevantes

- A publicação periódica da Revista Interna **Nós Caixa**, distribuída a todos os colaboradores, que aborda temas como a produtividade, a responsabilidade social, a qualidade, a tecnologia, o mercado e outros assuntos específicos do negócio bancário.
- Realização, em Novembro de 2008, na ilha do Sal, dum “Encontro de Chefias” da CECV. O objectivo do encontro foi o de promover uma reflexão conjunta das questões fundamentais para o desenvolvimento, a eficácia e a eficiência da CECV e alinhá-las com o seu novo Plano Estratégico.

Este evento contou com a participação de 44 chefias, de diferentes níveis, e os resultados foram considerados, por todos, excelentes.

4.1.2. Caracterização dos Efectivos

O número total de colaboradores da CECV, a 31 de Dezembro de 2008, era de 222 (duzentos e vinte e dois), sendo 184 do Quadro de Pessoal, 35 com contratos a termo e 3 de licença de longa duração. Dos em efectividade, 110 são mulheres e 112 são homens. A média de idade situava-se nos 36 anos. Relativamente às qualificações, 45% têm formação superior.

Houve um aumento de 213 colaboradores, em 2007, para 222, em 2008. Apesar da contratação 12 novos colaboradores em 2008, o aumento total foi de 9, pois 3 colaboradores saíram da CECV.

QUADRO 1 – Caracterização geral dos efectivos

	2008
Total de Colaboradores	222
Média das idades	36
Média das Antiguidades	7,9
% Homens	51%
% Mulheres	49%
% Colaboradores com formação Superior	45%
Participantes em acções de formação interna	44
Participantes em acções de formação externa	51

QUADRO 2 – Composição dos efectivos

Composição dos efectivos			
Composição do efectivo	2007		
	Homens	Mulheres	Total
Quadro de Pessoal	76	80	156
Licença sem Vencimento	4	0	4
Contratados a Termo	27	26	53
Total de Efectivo	107	106	213

Composição dos efectivos			
Composição do efectivo	2008		
	Homens	Mulheres	Total
Quadro de Pessoal	93	91	184
Licença sem Vencimento	1	2	3
Contratados a Termo	18	17	35
Total de Efectivo	112	110	222

4.1.3. Formação e Desenvolvimento

Manter os profissionais motivados e bem treinados é essencial ao bom desempenho da instituição. Por esse motivo, a Caixa observa uma política de formação que visa oferecer aos seus colaboradores oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo, através de participação em cursos promovidos interna ou externamente.

Os investimentos em formação, no ano 2008, foram de 6.297.018,00 ECV, com uma taxa de participação de 20% nas acções de formação interna e 16% em acções externas.

Formação Interna	Nº de Participantes
Integração de novos colaboradores	12
Desenvolvimento de Competências de Chefia	17
Club 500 Edição 2008	15
Total de participantes	44

Formação Externa	Nº de Participantes
Avaliação Imobiliária	3
Gestão de Activos	4
Intermediação Bancária e Produtos da Bolsa	2
Curso Avançado - Estrutura Temporal das Taxas de Juro	2
Credenciação de Avaliadores de Imóveis	3
Normas internacionais de contabilidade e os impactos fiscais da sua implementação	3
Elaboração, Avaliação e Financiamento de Projectos de Investimento	7
Aspectos Práticos e Técnicos da implementação do Sistema de Normalização Contabilística em CV	4
Emissão e Gestão de Cartões Bancários	4
Seminário de Marketing	3
Total de participantes	35

4.1.4. Mobilidade de Pessoal

Em 2008, a Caixa admitiu 12 novos colaboradores e deixou de contar com 3, pelo que o aumento líquido do efectivo foi de 09. Todas as saídas foram por cessação de contrato.

A prática de mobilidade continua a ser uma aposta forte da instituição, por forma a manter a motivação e aumentar o estímulo à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Integração no quadro de pessoal	2008	Nomeação 2008	
		Função	Nº
Técnico Administrativo	16	Director Adjunto	1
Técnicos de Apoio	1	Gerente	2
Total	27	Chefe de Serviço	1
		Total	4

Estagiários 2008		Candidaturas 2008	
Total de Solicitações	40	Candidaturas Espontâneas	648
Estagiários	3	Total de Candidatos Avaliados	0
Solicitações não atendidas	37	Total de Recrutados	0
Reclutados	0		

4.2 – Recursos Tecnológicos e Informáticos

O desenvolvimento da 1ª fase do projecto de telefonia IP (TIP) e a continuidade do Projecto de Reestruturação de Rede, Sistema e Comunicação (PRRSC) da CAIXA Económica de Cabo Verde marcaram as actividades da Direcção Informática para o ano de 2008.

No âmbito desses projectos, todas as Agências e Serviços Centrais da Caixa Económica foram dotados de novos equipamentos de comunicação (Router's e Switch's) visando criar condições para a implementação do TIP.

Foram desenvolvidas aplicações complementares à aplicação Banka, de modo a dar respostas às necessidades da Caixa, nomeadamente, com a criação de novos produtos e melhorias de processos.

Foram também desenvolvidas acções visando melhorar o circuito de comunicações das agências e das delegações que funcionam em *On-Line*.

Igualmente, foram efectuadas varias acções de formação e treino para as equipas das agências abertas em 2008.

4.3 Organização e Qualidade

Tornar a nossa organização mais sólida e competitiva, de forma a melhorar o seu desempenho é o objectivo traçado pela Caixa Económica.

Em 2008, a Caixa Económica, culminou várias acções já iniciadas anteriormente e iniciou outras que no seu conjunto visam a melhoria dos serviços prestados aos clientes.

4.3.1 Qualidade

No domínio da qualidade, dando continuidade à estratégia de redução de custos administrativos, de racionalização de processos e circuitos e tendo em vista o aumento da eficácia e da produtividade, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Continuidade ao projecto de Centralização de actividade de balcão em estruturas de “*back-office*”, reduzindo o trabalho administrativo dos balcões;
- Implementação do sistema de Gestão de Reclamações e Sugestões de clientes, com o objectivo de melhorar os padrões de Qualidade e de serviço a Clientes;
- Elaboração e actualização de Normas de Procedimento com preponderância nos processos ligados ao desenvolvimento do negócio.

4.3.2. Organização Interna e Processos

Ao nível da Organização Interna, foram concluídos vários dos projectos em curso e encetados outros que visam a melhoria da produtividade e da qualidade da carteira de crédito, sendo mais relevantes as seguintes actividades:

- Conclusão da revisão da Estrutura Orgânica da Caixa Económica tendo, em conta a nova visão projectada para o novo plano estratégico;
- Revisão das atribuições da Direcção Comercial e integração na sua estrutura do Núcleo de Acompanhamento do Crédito (NAC)
- Criação de novos Códigos de Clientes, segundo os níveis de intervenção.
- Aprovação do modelo de Acompanhamento de Cliente. Essas medidas visam o acompanhamento do crédito como forma de prevenir o mal parado.

4.4 Instalações

No ano de 2008 foram desenvolvidas acções de expansão e melhoria da rede comercial, sendo de destacar as seguintes realizações:

- Celebração do contrato de empreitada da construção da Sede Social da Caixa Económica;
- Início da construção da nova agência em Sal-Rei, Ilha da Boavista;
- Início das obras de ampliação da Agência da Assomada;
- Identificação dos espaços para a abertura de agências em varias ilhas, nomeadamente, Maio, Santo Antão e S. Nicolau.

No âmbito da expansão da rede comercial, foram abertos 2 novos espaços comerciais, sendo um no Concelho de Santa Cruz, interior de Santiago, e outro em Sal Rei, Ilha da Boavista.

4.5. Marketing

O ano de 2008 foi o ano da comemoração dos 80 Anos da Caixa Económica, um evento à volta do qual foi desenvolvido um vasto programa de actividades, tendo como objectivo reforçar a presença e notoriedade da Caixa junto dos clientes e público em geral, tendo a instituição, para este efeito, promovido e incentivado várias actividades em diversos sectores, como a cultura, o desporto, a educação, etc.

Em 2008 a Caixa retomou a sua presença na FIC e participou na 12ª Feira Internacional de Cabo Verde (FIC2008), realizada na cidade da Praia, onde, para além da divulgação dos produtos e serviços, houve uma aposta forte na promoção da imagem institucional da Caixa, dentro do quadro do programa comemorativo dos seus 80 anos.

Durante o ano de 2008 e com o objectivo de responder às necessidades e expectativas dos seus clientes, a Caixa Económica procedeu ao lançamento de novos produtos, de entre os quais merecem destaque o “CrediMultimédia”, que é uma linha de crédito destinada à compra de materiais informáticos, o “CrédiBolsa”, destinado aos estudantes universitários, bem como o reforço da campanha *Internet Banking* “Caixa Net” e da notoriedade e visibilidade da nossa instituição junto das comunidades cabo-verdianas na diáspora.

Houve também uma forte promoção de outros produtos e serviços, nomeadamente, os cartões Visa e “Caixa Não- Residentes”, as contas “Super Rendimento” e “Super Emigrante”, entre outros.

4.6. Novos Canais de Distribuição

No domínio dos meios de pagamento electrónico, destaca-se a instalação de 2 “*ATM's*”, sendo uma na Agência de Santa Cruz e uma na Agência da Fazenda, ambas na Ilha de Santiago, elevando para 27 o número de *ATM's* instalados pela Caixa, enquanto que o sistema, no seu todo, passou a contar com 109 “*ATM's*” instalados, o que confere à Caixa, neste domínio, uma quota de mercado de 24,8%.

Quanto aos cartões de débito da Rede Vinti4, até Dezembro de 2008, foram produzidos 60.077 novos cartões, cabendo à Caixa a emissão de 17.159, o que corresponde a 28,6% do total de novas emissões. Relativamente ao número de transacções, a Caixa diminuiu a sua quota de 33,1% para 24,3%, de um total de 5.531.160.

Em termos de instalação de novos “*POS*”, a Caixa colocou mais 102 “*POS*”, aumentando, assim, a sua quota de mercado de 21,2% para os 25%. De notar que o sistema passou a contar com 1.006 “*POS*” em 31 de Dezembro, contra os 704 “*POS*” em 2007.

Quanto às transacções feitas nos “*POS*”, registou-se um aumento da quota da Caixa, em relação a 2007, de 19,9% para 27,4%.

Em relação aos cartões “*Visa*”, durante o ano de 2008 a Caixa emitiu um total de 145 cartões, sendo 117 “*Classic*” e 28 “*Gold*”.

Quanto ao “*Cartão Jovem*” e *Cartão Jovem Universitário* emitidos em parceria com a Direcção Geral de Juventude, em 2008 a Caixa emitiu um total de 195 cartões *Jovem* e 34 cartões *Jovem Universitário*.

Em relação ao serviço de “*Internet Banking*” “*Caixanel*”, em 2008 foram efectuados 1.602 contratos Particulares e 203 contratos Empresas.

Quanto as transacções feitas via “*Caixa Net*”, em 2007 foram efectuadas 214.392 transacções, sendo 6.147 consultas de saldo, 57.241 consultas de movimentos, 8.384 transferências Intra-bancárias e 860 transferências Interbancárias.

4.7. Relações com os Emigrantes

A Caixa Económica desenvolveu varias acções promocionais dos produtos destinados aos emigrantes, nomeadamente, os de poupança, tendo em conta a importância desse segmento para a actividade da instituição e para o desenvolvimento do país.

Os encontros com a comunidade foram também aproveitados para divulgação da imagem institucional, com o objectivo de reforçar a posição e notoriedade da Caixa Económica neste mercado e atrair a poupança dos emigrantes.

5. Relações Internacionais.

A nível internacional, a Caixa Económica desenvolveu, durante o ano de 2008, varias actividades visando o reforço das relações institucionais e comerciais com os correspondentes e outras entidades.

Procedeu-se a assinatura com o Banco Espírito Santo SA, Lisboa (BES) e o Banco Espírito Santo dos Açores, SA, Ponta Delgada (BAC) do protocolo relativo ao serviço de transferências internacionais, designado por BESXpress.

Através do referido protocolo, o BES, o BAC e a Caixa acordaram os termos pelos quais se regem as transferências ordenadas em Portugal, via *ATM* ou *Internet Banking*, por Ordenadores que celebraram previamente com o BES ou com o BAC o contrato de adesão ao serviço de transferências objecto deste Protocolo, a favor de Beneficiários em Cabo Verde e que serão executadas em conjunto pelas Partes.

Registou-se encontros com o Banco Português de Investimento visando assistência técnica à Caixa no âmbito de montagens de “Project Finance”.

Deu-se continuidade ao aprofundamento das relações com a Sociedade Financeira Internacional (SFI) que propôs a Caixa a abertura de outras linhas de crédito para contemplar as áreas de “Trade Finance” e financiamento de Pequenas e Médias Empresas, além de assistência técnica.

Continuou-se com o refinanciamento dos projectos apresentados pelos municípios cabo-verdianos junto da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no âmbito da linha de crédito posta à disposição dos bancos cabo-verdianos. Tendo em conta o elevado grau de utilização desta linha a AFD propõe a abertura de uma nova linha. Neste sentido vários encontros foram efectuados entre as duas instituições.

Destacam-se ainda, no âmbito das relações com a Western Union, a participação na conferência internacional sobre *Compliance* em Mali – Bamako e, a participação nos encontros sobre o CSC (Centro de Apoio ao Cliente) e Operações e Voyager (software de gestão e base de dados), realizados na Casablanca em Marrocos.

6. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

Dando continuidade à sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversos eventos nas áreas sociais, desportivas e culturais, os quais destacamos:

Na área cultural, a Caixa patrocinou em exclusivo a publicação da Biblioteca Nacional do livro “O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e Cultura Cabo-verdianas”, a edição da 1ª Antologia Pessoal do escritor António Monteiro, a edição e lançamento do livro “Tenho o Infinito Trancado em Casa” do escritor Valdemar Valentino Velhinho Rodrigues (Vadinho Velhinho), a edição em livro e DVD do “Guia das Espécies Marinhas” do autor Emanuel Charles D’Oliveira, a exposição informativa e fotográfica “Herança” no âmbito das festividades do Município e da Bandeira no Fogo, a edição em DVD do documentário “Tarrafal um Campo em Morte Lenta” a edição de 4 contos tradicionais da escritora Zaida Helena Barbosa, a Associação dos Escritores Cabo-verdianos, ao Instituto Camões na realização do espectáculo do Maestro António Victorino D’Almeida, o espectáculo em comemoração dos 30 anos do grupo musical Mendes Brother’s, a artista Vera Eunice Nazário Cruz para gravação de CD, a artista Solange Rodrigues para gravação do 1º CD, o grupo musical Rabenta na comemoração do 11º aniversário, os Fídjus de Ano Nobu para gravação de CD, o artista Tó Alves para a gravação do seu 2º CD, o artista Juari Livramento para gravação de CD e o artista Ebrantino Costa, também para gravação do 1º CD.

A Caixa também deu continuidade ao apoio às Câmaras Municipais na realização de eventos e diversos festivais dos quais destacamos: Câmara Municipal de S. Vicente na realização do Festival da Baía das Gatas, Câmara Municipal da Praia para a realização do Festival da Gamboa, Câmara Municipal do Sal para realização do Festival de Santa Maria, Câmara Municipal de Sta Cruz, na realização das festividades do município, Câmara de Calheta de S. Miguel, na realização das festividades do Município, Câmara Municipal dos Mosteiros e de Santa Catarina na Ilha do Fogo e de Ribeira Brava na ilha de S. Nicolau, também no âmbito da comemoração do dia do município.

Na área Desportiva, foram patrocinadas várias equipas de futebol, associações desportivas e actividades desportivas, de entre os quais realçamos o patrocínio à Selecção Nacional de Basquetebol para a participação no pré-olímpico, a Federação Cabo-verdiana de Futebol, ao Comité de Desporto para Deficientes, à equipa o Boavista FC na Praia, à equipa de futebol de salão da Caixa Económica para a participação do torneio Internacional Interbancário realizado no Algarve, Portugal, em que a equipa conquistou o 1º lugar, ao clube Bota-fogo, à equipa do Sporting da Praia para a sua participação na liga Africana de Clubes Campeões, à Académica do Maio e à Associação de Ténis de S. Vicente.

No campo social foram efectuados vários apoios as diversas entidades de solidariedade social, dos quais destacamos o ICASE no apadrinhamento de 10 crianças em todos os concelhos, a OMCV Itália, a Fundação Infância Feliz na comemoração do mês de Junho/mês da criança, a Fundação da criança Cabo-verdiana, ao Instituto das Comunidades na Campanha de Solidariedade com os cabo-verdianos vítimas de naufrágio em S. Tomé, a ACRIDES no projecto “Natal Diferente com Sorriso

Diferente”, Associação Cabo-verdiana de Deficientes para a realização do Teleton 2008, aos Amigos do Brasil - ASA no projecto “Natal com Luz”, o natal da 3ª idade em Chã de Tanque, as Irmãs missionárias do Espírito Santo, entre outros.

No campo da educação, a Caixa financiou o Centro de Formação Profissional da Variante com equipamentos informáticos completos para a sala de informática, apoiou a Escola Salesiana de Artes e Ofícios na realização das Olimpíadas de Matemática, ao Centro de Formação Fogo-Brava, ao Liceu Domingos Ramos no equipamento completo da Sala Multimédia, ao Comité Internacional para o Ano Internacional do Planeta Terra, ao Ministério das Finanças nas actividades dos 10 anos do Acordo Cambial, a CEGOC na realização da 2ª Conferência Internacional de Gestão dos Recursos Humanos e na realização das XXXIV Jornadas Médicas das Ilhas Atlânticas organizada pelo Hospital Dr. Agostinho Neto.

7. Micro-Crédito

A Caixa Económica de Cabo Verde vem desempenhando um papel importante no domínio do Micro-crédito, com a gestão de várias linhas especiais de crédito destinadas a beneficiar camadas populacionais de baixo rendimento que não têm acesso ao crédito bancário clássico, destacando-se as seguintes:

7.1 Linha de Micro-Crédito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas – PFEME

É a mais relevante das linhas de micro crédito geridas pela Caixa Económica tem tido um grande impacto na melhoria das condições de vida de milhares de pessoas.

O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formações destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso ao crédito, procedimentos e responsabilidades inerentes ao crédito, importância do reembolso responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a *grupos solidários* constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 2008 foram concedidos 610 créditos o que aumentou o nº de créditos acumulado do programa para 21.918.

O montante global de créditos concedidos em 2008 atingiu o valor de 32.095 contos e o montante médio dos empréstimos 52 contos por cliente e 159 contos por grupo solidário. O montante total acumulado, desde o início do programa, aumentou para 675.519 contos.

O montante reembolsado de capital aumentou para 848.348 contos e os juros pagos ascenderam a 125.925 contos, perfazendo assim um total de 974.274 contos.

Em 2008 as receitas totais, provenientes, essencialmente de juros, quotas e penalidades, atingiram os 7.812.224 ECV.

A taxa de reembolso dentro do prazo atingiu os 91% e a taxa de reembolso geral 95%. Em termos globais do programa a taxa de reembolso situa-se em 96%.

7.2 Linha de Crédito do Programa Especial de Segurança Alimentar - PSSA

É uma linha de crédito que se destina a financiar actividades de agricultura e pecuária nas ilhas onde o programa actua, nomeadamente Santo Antão (Concelhos de Porto Novo e Ribeira Grande), Santiago (Concelho do Tarrafal), São Nicolau e Fogo, cuja coordenação é assegurada, a nível local, pelos gerentes das Agências da Caixa Económica nas respectivas ilhas e os Delegados do Ministério da Agricultura.

Até à presente data, foram transferidos para o fundo PSSA 19.437.364 ECV, faseados da seguinte forma:

Designação	Data	Montante (ECV)	% do total
1ª Parcela	Maio/2003	6.452.346	30%
2ª Parcela	Novembro/2004	9.215.955	50%
3ª Parcela	Maio/2006	3.769.063	20%
Total		19.437.364	100%

Até à presente data um total de 73 créditos foram concedidos pelas agências da CECV das 4 ilhas abrangidas pelo programa, o que corresponde ao montante total de 22.646.723 ECV.

Os pedidos pendentes, até então, prendem-se ou por razões formais, mormente a abertura de conta e a constituição de garantia, ou por falta de disponibilidade do fundo PSSA.

Este programa vem contemplando, essencialmente, beneficiários do sexo masculino (cerca de 83%), considerando a natureza dos projectos financiados no âmbito do PSSA, que se prendem, principalmente, com actividades ligadas à agricultura e pecuária, tradicionalmente levadas a cabo por indivíduos de sexo masculino, como pode ser constatado no quadro que se segue;

Ilha	Créditos Aprovados		Sexo					
	Nº	Valor	Masculino			Feminino		
			Nº	Valor	%	Nº	Valor	%
Santiago	11	2.876.602,0	5	1.206.248,0	42	6	1.670.354,0	58
São Nicolau	10	3.728.117,0	7	2.598.749,0	70	3	1.129.368,0	30
Santo Antão	18	4.097.974,0	18	4.097.974,0	100	-	-	-
Fogo	34	11.944.030,0	30	10.794.030,0	90	4	1.150.000,0	10
TOTAL	73	22.646.723,0	60	18.697.001,0	83	13	3.949.722,0	17

Até a presente data, foi reembolsado um total de 15.878.290 ECV dos créditos concedidos, correspondendo a uma taxa de retorno de 90 %.

7.3 Linha de Crédito do Projecto Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos

É uma linha de crédito destinada a financiar actividades agro-pecuárias apenas nas zonas abrangidas pelas bacias hidrográficas de Picos e Engenhos. Surgiu no âmbito do protocolo assinado entre a Caixa Económica de Cabo Verde e o Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Finanças e do Plano em 2004.

A análise e aprovação dos processos de crédito são efectuadas por uma equipa formada por técnicos da Agência da Caixa da Assomada, da Delegação do MA em Santa Catarina e do Ministério das Finanças. A CECV é responsável pelo desembolso dos empréstimos e gestão dos fundos disponibilizados pelo projecto.

Os créditos foram desembolsados a partir de Junho de 2006 quando foi disponibilizado o fundo pelo projecto, no valor de 39.746.046 ECV, montante esse correspondente a 1ª parcela (50%) do financiamento global.

Os clientes são na sua maioria de sexo masculino (62%) devido a natureza das actividades contempladas no quadro do projecto.

Até a presente data, foram concedidos um total 68 créditos, dos quais 26 destinados a mulheres, correspondendo a 38% do total. O montante total concedido, até à data, foi de 31.883.643 ECV, dos quais 6.319.438 ECV já foram reembolsados a uma taxa de 93%.

7.4. Fundo de Crédito Millennium Challenge Account - MCA

O acordo assinado entre a Caixa Económica e O MCA a 12 de Maio de 2008 permite à Caixa Económica gerir a Fundo de crédito no quadro do Projecto MCA, destinado a conceder financiamentos às Instituições de Micro-Finanças (IMF's) para financiarem actividades agrícolas levadas a cabo por beneficiários do Projecto MCA.

O montante total do fundo é de 450.000 USD. A primeira tranche foi disponibilizada pelo MCA, a 18 de Março no valor de 14.947.000 ECV correspondendo a 44% do total. Destina-se a financiar actividades no domínio de agricultura e agro-negócios, nomeadamente, aquisição de factores de produção agrícola (sementes, fertilizantes, produtos fitosanitários, etc), comercialização de produtos agrícolas, aquisição de equipamentos de micro-irrigação, nas zonas de intervenção do projecto MCA_CV, nas bacias hidrográficas de Fajã (S. Nicolau), Mosteiros (Fogo) e Paul (Sto Antão);

A Caixa já financiou 2 IMF's no quadro deste fundo, no valor total de 7.395.202 ECV, encontrando-se na fase de utilização pelo que não foram ainda reembolsados quaisquer montantes.

8. Análise da Rendibilidade

8.1. Resultados do Exercício

Os Resultados do Exercício em 2008 conheceram uma evolução positiva, excepto o Resultado Líquido que totalizou 272.568 contos o que representa uma diminuição de 42,2% em relação a 2007.

Os Juros e Proveitos Equiparados registaram um crescimento de 15,1%, enquanto que os Juros e Custos Equiparados cresceram 11,6%, o que proporcionou um crescimento de 16,9% da Margem de Intermediação Financeira, o que equivale a um aumento de 182.922 contos em relação a 2007.

As Comissões Líquidas conheceram um crescimento de 8,8% inferior ao do ano passado que foi 17,2%. Esta redução do crescimento resulta das reduções consentidas tanto a nível das operações de crédito como a nível das operações com o estrangeiro. Em termos absolutos, as comissões registaram um aumento de 25.434 contos, atingindo os 313.176 contos.

Os Lucros Líquidos em Operações Financeiras atingiram os 134.345 contos, o que representa um aumento de 268,6%. De salientar que este resultado deve-se sobretudo às operações cambiais relacionadas com o Dólar.

Os rendimentos obtidos com participações sob forma de dividendos elevaram-se a 5.357 contos.

O Produto Bancário conheceu, neste cenário favorável, um crescimento de 22,5% em relação a 2007, tendo atingido os 1.792.505 contos.

Os Custos Administrativos agravaram-se em 17,8% contra 13,5% em 2007. Para este aumento contribuíram fundamentalmente os Custos com o Pessoal, que aumentaram 21,0% por via das contratações para os novos balcões e do prémio de produtividade atribuído aos trabalhadores.

Os Meios Libertos cresceram 26,9%, de 2007 para 2008, atingindo os 950.579 contos seja mais 201.702 contos.

O Resultado de Exploração apresentou uma redução de 74,7% em relação ao ano 2007, situando-se em 126.960 contos. A redução verificada deve-se ao aumento das amortizações (+41,2% do que em 2007) e das provisões líquidas (+379,4%).

A recuperação do crédito em situação irregular continua a produzir efeitos positivos nos resultados: os resultados extraordinários líquidos compostos essencialmente por juros ligados à regularização de créditos em situação irregular ascenderam a 208.492 contos, contra 134.828 contos em 2007.

O Cash Flow do Exercício registou um aumento de 52,4%, atingindo 1.096.188 contos, contra 719.117 contos em 2007.

Evolução dos Resultados (Milhares de Escudos)

Designação	2008	2007	Var 08/07	
	Valor	Valor	Valor	%
+ Juros e Proveitos	1.902.234	1.652.786	249.448	15,1%
- Juros e Custos Equiparados.	638.491	571.965	66.526	11,6%
= Margem	1.263.742	1.080.821	182.922	16,9%
+ Comissões líquidas	313.176	287.743	25.434	8,8%
+ Lucros liq Operações Financeiras	134.345	36.451	97.894	268,6%
+ Outros Proveitos Líquidos	75.885	58.730	17.155	29,2%
+ Rendimento de Títulos	5.357	-	5.357	
= Produto Bancario	1.792.505	1.463.745	328.762	22,5%
- Custos Administrativos	841.926	714.867	127.059	17,8%
- Custo com o Pessoal	418.025	345.390	72.636	21,0%
- Fornec. Serviços Terceiros.	423.901	369.477	54.424	14,7%
= Meios Libertos	950.579	748.878	201.702	26,9%
- Amortizações	151.321	107.206	44.115	41,2%
- Provisões Líquidas	672.298	140.241	532.057	379,4%
= Resultados de Exploração	126.960	501.431	-374.471	-74,7%
+ Ganhos e Perdas Extraordinários	208.492	134.828	73.663	54,6%
= Resultado Bruto do Exercício	335.451	636.259	-300.807	-47,3%
- Impostos s/ Resultados	62.882	164.589	-101.706	-61,8%
= Resultado Líquido do Exercício	272.569	471.670	-199.101	-42,2%
Cash Flow do Exercício	1.096.188	719.117	377.071	52,4%

8.2 Rendibilidade e Eficiência

A diminuição do Resultado Líquido, devido ao aumento das provisões, originou a deterioração dos indicadores de rendibilidade.

A Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) passou de 25,15% para 12,85%, enquanto que a Rendibilidade do Activo (ROA) passou de 1,21% para 0,95%. No entanto, quando medidos com base nos *Cash Flow*, o ROE aumenta de 38,35% em 2007 para 51,70% em 2008, e o ROA passa de 2,74% para 3,81%.

O rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, conheceu uma ligeira diminuição em relação a 2007, passando de 56,2% para 55,4%, explicado pelo aumento do Produto Bancário superior aos custos operativos.

O Produto Bancário por Trabalhador, indicador da produtividade dos trabalhadores, registou igualmente uma melhoria expressiva, passando de 7.246,2 contos para 8.241,3 contos.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Designação	2008	2007
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	12,85	25,15
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA) (%)	0,95	1,80
<i>Cash Flow</i> do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	51,70	38,35
<i>Cash Flow</i> do Exercício / Activo Líquido Médio (%)	3,81	2,74
Custos Operativos / Produto Bancário (<i>Cost to Income</i>) (%)	55,4	56,2
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	8.241,3	7.246,2
<i>Cash Flow</i> do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	5.039,9	3.559,9

8.3 Fundos Próprios e Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios da instituição atingiram os 2.187.063 contos em 2008 contra 2.053.694 contos registados em 2007, evidenciando um crescimento de 6,5%.

O Rácio de Solvabilidade registou uma ligeira degradação em relação a 2007, passando de 10,7% para 10,1%, em 2008. Esta diminuição é explicada pelo crescimento do crédito.

O Rácio do Imobilizado Líquido sobre os Fundos Próprios registou igualmente uma ligeira melhoria, passando de 32,0% para 32,2%.

Rácios Prudenciais

Designação	2008	2007
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	10,1%	10,7%
Imobilizado Líquido / Fundos Próprios	32,2%	32,0%

8.4 Provisões do Exercício

As Provisões Líquidas do Exercício em 2008 atingiram 672.298 contos, registando um aumento relativamente a 2007, de 379%, ou seja, + 532.057 contos. Destes, 316.967 contos correspondem ao aumento das provisões económicas traduzindo a preocupação de se constituir provisões em função do grau efectivo de risco apresentado pelo do cliente.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos registou uma melhoria significativa, situando-se nos 33,7%, contra 18,3% no exercício anterior.

Créditos e Juros Vencidos (milhares de contos)

Designação	2008	2007
Crédito e Juros Vencidos	3.483,4	3.341,3
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	612,8	612,8
Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total *	17,1%	20,3%
Provisões Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos	33,7%	18,3%

* Com a inclusão dos títulos das empresas no crédito o rácio seria de 16,2% em 2008

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2008 atingiu o valor de 272.569 contos;

Considerando que a instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;

Considerando que o plano de actividade da instituição prevê investimentos importantes em instalações e outros projectos que exigirão recursos significativos;

Considerando a necessidade do reforço dos fundos próprios da Instituição, no âmbito da nova legislação sobre o Rácio de Solvabilidade e como forma de reforçar a sua capacidade creditícia;

Considerando a prática da Instituição, em termos de distribuição de dividendos, nos últimos anos;

O Conselho de Administração, esperando a compreensão dos Acionistas, apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Para Reservas	133.368.798\$00
Para Distribuição de Dividendos (400 CVE por acção)	139.200.000\$00
Total	272.568.798\$00

10. Notas Finais

A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2008 com resultados muito positivos, espelhando indicadores de dimensão e de desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, destarte, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos nossos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da Instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e na sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço e dedicação em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da actividade de supervisão;

Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

A todos os Colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançados.

O Conselho de Administração: Presidente, *Emanuel de Jesus da Veiga Miranda* - Vice – Presidente, *Eduardo José da Silva Farinha* - Vogais - *Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes*, *Filinto Elisio Alves dos Santos*, *Paulino Baptista Dias Jesus*, *Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes*, *Virgílio Manuel Boavista Lima*.

Balanço e Demonstração de Resultados

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Milhares de Escudos)

ACTIVO	2008			2007
	Activo	Amort.e	Activo	
	Bruto	Prov.	Líquido	
1 Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	5.723.856		5.723.856	4.711.549
2 Disponibilidades à vista s/Instituições de Crédito	746.982		746.982	1.527.451
3 Outros créditos sobre instituições de crédito	194.384		194.384	258.079
4 Crédito sobre clientes	19.697.610	1.174.701	18.522.908	15.800.337
5 Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3.494.451		3.494.451	2.589.414
a) Obrigações e O/tit.de rend.fixo-de emissores.Públ.	2.340.370		2.340.370	2.265.560
b) Obrigações e O/tit.de rend.fixo-de O/Emissores (Dos quais: Obrigações Próprias)	1.154.081		1.154.081	323.854
6 Acções e outros títulos de rendimento variável	0		0	830.227
7 Participações	26.250	0	26.250	24.302
8 Parte de capital em empresas coligadas				
9 Imobilizações incorpóreas	252.084	156.917	95.166	90.138
10 Imobilizações corpóreas (Dos quais: Imóveis de serviço próprio)	1.105.310	507.115	598.196	568.006
11 Capital subscrito não realizado	220.114	51.150	168.965	152.434
12 Acções próprias ou partes de capital próprias				
13 Outros activos	1.024.773	2.356	1.022.417	427.838
15 Contas de regularizações	151.444		151.444	157.320
16 Prejuízo exercício				
TOTAL DO ACTIVO	32.417.145	1.841.089	30.576.056	26.984.660

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

90 - GARANTIAS PRESTADAS E OUT.PASSIVOS EVENTUAIS 1.336.491 1.786.466

PASSIVO	2008	2007
1 Débitos para com instituições de crédito	590.665	427.694
a) À vista	140.045	96.028
b) A Prazo ou com pré-aviso	450.620	331.666
2 Débitos para com clientes	27.235.737	23.924.043
a) Depósitos de poupança	2.835.869	2.784.805
b) Outros depósitos	23.840.558	20.947.039
b.a) À Vista	10.048.235	8.968.407
b.b) À prazo	13.792.322	11.978.632
c) Outros débitos	559.311	192.199
3 Débitos representados por títulos		
4 Outros passivos	72.217	233.829
5 Contas de regularizações	420.099	341.244
6 Provisões para riscos e encargos	0	0
a) Provisões para pensões e encargos similares		
b) Outras provisões	0	0
6 A. Fundo para riscos bancários gerais	70.276	4.157
9 Capital subscrito	348.000	348.000
11 Reservas	1.566.494	1.234.024
12 Reservas de reavaliação		
13 Resultados transitados		
14 Lucro do Exercício	272.569	471.670
TOTAL DO PASSIVO	30.576.056	26.984.660

PROVEITOS	2008	2007
1. Juros e proveitos equiparados	1.902.234	1.630.496
Dos quais:		
(títulos de rendimento fixo)	221.736	151.036
2. Rendimentos de títulos	5.357	22.291
a) Rendimento de accões, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	5.357	22291
b) Rendimento de participações	0	0
c) Rendimento. de partes de capital em empresas. Coligadas	0	0
3. Comissões	332.609	309.400
4. Lucros em operações financeiras	265.428	100.983
5. Reposições e anulação respeitantes a correcções de valores relativas a créditos e provisões para passivos eventuais	577.760	946.239
6. Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham caracter de imobilizações financeiras, participações e as partes de capital em empresas coligadas	0	0
7. Outros proveitos de exploração	80.396	63.385
8. Resultado da actividade corrente	0	0
9. Ganhos extraordinários	209.059	138.447
	0	0
TOTAL	3.372.843	3.211.241

CUSTOS	2008	2007
1. Juros e custos equiparados	638.491	571.965
2. Comissões	19.433	21.659
3. Prejuízos em operações financeiras	131.082	64.532
4. Gastos gerais administrativos	841.926	714.867
a) Custos com pessoal	418.025	345.390
Dos quais:		
(salários e vencimentos)	363.600	299.884
(encargos sociais)	52.518	44.065
Dos quais:		
(c/pensões)	0	0
b) Outros gastos administrativos	423.901	369.477
5. Amortizações do exercício	151.321	107.206
6. Outros custos de exploração	3.479	4.153
Provisões p/Crédito Vencido e p/Outros riscos	1.250.059	1.086.480
Provisões para imobilizações financeiras	0	0
9. Resultado da actividade corrente	127.992	501.932
10. Perdas extraordinárias	567	3.619
11. Impostos sobre lucros	62.882	164.589
12. Outros impostos	1.032	501
13. LUCRO DO EXERCÍCIO	272.569	471.670
TOTAL	3.372.843	3.211.241

O Conselho de Administração: Presidente, *Emanuel de Jesus da Veiga Miranda* - Vice - Presidente, *Eduardo José da Silva Farinha* - Vogais - *Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes, Filinto Elisio Alves dos Santos, Paulino Baptista Dias Jesus, Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes, Virgílio Manuel Boavista Lima.*

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 330\$00